

Rubens Soares Siqueira

**A LIBERDADE
NA OBRA
O LIVRE-ARBÍTRIO
DE SANTO
AGOSTINHO**

Rubens Soares Siqueira

**A LIBERDADE
NA OBRA
O LIVRE-ARBÍTRIO
DE SANTO
AGOSTINHO**


Editora
UNIESMERO

2024 – Editora Uniesmero

www.uniesmero.com.br

uniesmero@gmail.com

Autor

Rubens Soares Siqueira

Editor Chefe: Jader Luís da Silveira

Editoração e Arte: Resiane Paula da Silveira

Imagens, Arte e Capa: Freepik/Uniesmero

Revisão: O autor

Conselho Editorial

Ma. Tatiany Michelle Gonçalves da Silva, Secretaria de Estado do Distrito Federal, SEE-DF

Me. Elaine Freitas Fernandes, Universidade Estácio de Sá, UNESA

Me. Laurinaldo Félix Nascimento, Universidade Estácio de Sá, UNESA

Ma. Jaciara Pinheiro de Souza, Universidade do Estado da Bahia, UNEB

Dra. Náyra de Oliveira Frederico Pinto, Universidade Federal do Ceará, UFC

Ma. Emile Ivana Fernandes Santos Costa, Universidade do Estado da Bahia, UNEB

Me. Rudvan Cicotti Alves de Jesus, Universidade Federal de Sergipe, UFS

Me. Heder Junior dos Santos, Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, UNESP

Ma. Dayane Cristina Guarnieri, Universidade Estadual de Londrina, UEL

Me. Dirceu Manoel de Almeida Junior, Universidade de Brasília, UnB

Ma. Cinara Rejane Viana Oliveira, Universidade do Estado da Bahia, UNEB

Esp. Jader Luís da Silveira, Grupo MultiAtual Educacional

Esp. Resiane Paula da Silveira, Secretaria Municipal de Educação de Formiga, SMEF

Sr. Victor Matheus Marinho Dutra, Universidade do Estado do Pará, UEPA

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

S618a	Siqueira, Rubens Soares A Liberdade na Obra O Livre-Arbitrio de Santo Agostinho / Rubens Soares Siqueira. – Formiga (MG): Editora Uniesmero, 2024. 49 p. : il. Formato: PDF Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader Modo de acesso: World Wide Web Inclui bibliografia ISBN 978-65-5492-076-6 DOI: 10.29327/5407377 1. Liberdade. 2. Livre-Arbitrio. 3. Santo Agostinho. I. Siqueira, Rubens Soares. II. Título. CDD: 234.9 CDU: 13
-------	---

Os conteúdos, textos e contextos que participam da presente obra apresentam responsabilidade de seu autor.

Downloads podem ser feitos com créditos ao autor. São proibidas as modificações e os fins comerciais.

Proibido plágio e todas as formas de cópias.

Editora Uniesmero
CNPJ: 35.335.163/0001-00
Telefone: +55 (37) 99855-6001
www.uniesmero.com.br
uniesmero@gmail.com
Formiga - MG
Catálogo Geral: <https://editoras.grupomultiatual.com.br/>

Acesse a obra originalmente publicada em:

<https://www.uniesmero.com.br/2024/06/a-liberdade-na-obra-o-livre-arbitrio-de.html>



**A LIBERDADE NA OBRA *O LIVRE-ARBÍTRIO* DE SANTO
AGOSTINHO**

RUBENS SOARES SIQUEIRA

**A LIBERDADE NA OBRA *O LIVRE-ARBÍTRIO* DE SANTO
AGOSTINHO**

RUBENS SOARES SIQUEIRA

Obra baseada na

Monografia apresentada à Faculdade de Filosofia e Teologia Paulo VI como requisito parcial para obtenção do título de Bacharel em Filosofia.

Sob orientação do Professor Ricardo Vinícius Irañez Mantovanni.

AGRADECIMENTOS

Agradeço a Deus, a Ordem da Santíssima Trindade e dos Cativos e ao Professor Ricardo Mantovanni, por me ajudarem a realizar este trabalho...

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	10
1 AURÉLIO AGOSTINHO: VIDA E OBRA.....	13
1.1 Do nascimento ao conhecimento da filosofia.....	13
1.2 Da conversão ao falecimento	17
1.3 As influências: Estoicismo, Neoplatonismo e Maniqueísmo	20
1.4 Estrutura da obra: <i>O Livre-Arbítrio</i>	22
1.4.1 Síntese das ideias fundamentais.....	23
2 A PROVA AGOSTINIANA DA EXISTÊNCIA DE DEUS	25
2.1 O tema de Deus em <i>O Livre-Arbítrio</i>	25
2.2 A hierarquia do mundo e da alma	26
2.2.1 O exame da razão.....	27
2.3 O princípio de subordinação.....	28
2.3.1 A razão tem a supremacia na hierarquia	29
2.4 A Sabedoria e os números.....	32
2.4.1 A sabedoria como verdade.....	33
2.4.2 Deus Existe.....	34
3 A LIBERDADE	36
3.1 A presença do mal no mundo.....	36
3.1.1 Mal metafísico	37
3.1.2 Mal moral	38
3.1.3 Mal físico.....	39
3.2 O livre arbítrio: um bem ou um mal?	40
3.2.1 A presciência divina	41
3.3 A liberdade e a graça.....	43
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	46
REFERÊNCIAS	48
O autor	49

RESUMO

O problema da conciliação entre o livre arbítrio do homem e a presciência divina, e como acontece essa articulação, também foi uma das inquietações na vida de Agostinho. Seu pensamento foi marcado por diversas doutrinas e escolas filosóficas, sobretudo o estoicismo, o neoplatonismo e o maniqueísmo. Entretanto, as respostas oferecidas por tais correntes filosóficas não satisfizeram as inquietações de Agostinho. A tentativa em dar uma resposta a esse problema, e se pensar sobre a liberdade humana conciliada à presciência divina, ocorreu tardiamente, em *O Livre-Arbítrio*, obra na qual Agostinho busca compreender de modo racional, em um diálogo filosófico com seu amigo Evódio, o problema da liberdade humana articulada à presciência divina, se há ou não uma conciliação, uma vez que de um lado temos, Deus que é onisciente (sabe de todas as coisas), e de outro o homem tem o poder de decisão. O presente trabalho, analisa o conceito de liberdade e as questões que implicam esse tema na obra *O Livre-Arbítrio* de santo Agostinho, explicitando como se dá a conciliação entre liberdade do homem e a presciência divina, e que tal conciliação existe; pois diante das escolhas humanas, Deus mantém uma certa distância, para que o homem exerça sua liberdade.

INTRODUÇÃO

Este trabalho tratará sobre o conceito de liberdade na obra “*O Livre-Arbítrio*” (*De Libero-Arbítrio*) de santo Agostinho, debruçando-se sobre um problema fundamental, como é possível a conciliação entre liberdade do homem e a presciência divina? Para se chegar a uma resposta a essa questão, o trabalho buscará compreender de modo sistemático os argumentos apresentados no diálogo filosófico entre Agostinho e o seu amigo Evódio.

Quando surge a afirmação de que o ser humano é livre, ou questiona-se sobre o que é liberdade humana, alguns respondem que a liberdade é algo intrínseco ao homem, outros dizem que o homem é livre, porém sua liberdade é limitada, outros ainda que ele não é livre de maneira alguma.

Partindo dessas respostas pode-se ir mais além, questionando-se da seguinte forma: Se Deus governa o mundo inteiro e tudo que nele existe, inclusive o homem, como o homem pode ser livre? Sendo assim, seria Deus o criador do problema a que se refere à liberdade Humana?

Agostinho não está de acordo com tais afirmações, e procura por meio da razão provar que o homem é livre, e que nem todos usufruem de tal liberdade, exatamente pela opção que temos de escolher, a chamada vontade livre, isto é, podemos fazer uso da vontade livre e assim subverter as leis de Deus.

O homem pode perder a liberdade, e tornar-se escravo dos vícios através da entrega às paixões e com isso perder a característica fundamental do ser humano, que segundo Agostinho é a racionalidade, e assim, o homem pode viver como um animal, que somente vive, mas não reflete sobre o seu viver. O trabalho está estruturado em três capítulos.

No primeiro capítulo, é apresentado uma síntese da vida de santo Agostinho, do seu nascimento ao conhecimento da filosofia, a conversão ao cristianismo, a ordenação sacerdotal, sua eleição à bispo de Hipona e o seu falecimento.

Na sequência é apresentado as influências da escola estoica, neoplatônica e do maniqueísmo, na filosofia de Agostinho. É notável a influência dos elementos filosóficos dessas escolas nos livros I e II da obra "*O Livre-Arbítrio*". Em seguida passase a estrutura da obra e uma síntese de suas ideias fundamentais.

No segundo capítulo, que tem como título: A prova agostiniana da existência de Deus, apresenta em um primeiro momento e em linhas gerais o tema de Deus na obra "*O Livre-Arbítrio*". Na sequência desenvolve-se a teoria do conhecimento de Agostinho, onde é demonstrando a hierarquia do mundo e da alma humana, regidos pelo princípio de subordinação ao qual a razão é tida como soberana.

Partindo dessa razão, chega-se a duas ideias evidentes, que Agostinho diz ser sinais da existência de Deus: a verdade da sabedoria e dos números. Em seguida é definida a sabedoria como verdade, e em seguida a conclusão que Deus existe.

No terceiro capítulo, dada a existência de Deus, é apresentado de modo sintético a existência do mal no mundo, uma vez que, esse mundo foi criado por um Deus que é o Sumo Bem.

Passado pelos três estágios do mal, que Agostinho classifica em metafísico moral e físico, entra o debate, se a vontade livre é um bem ou um mal, uma vez que o homem pode escolher fazer o mal. Em seguida, trata-se da presciência divina, e mostra que esse atributo divino não priva o homem de sua vontade livre, seja para pecar ou para agir bem.

Deus conhece de antemão a nossa vontade, logo a onisciência de Deus é de uma vontade que está no homem, porém, o poder de decisão no agir é do homem. Agostinho sempre sustentou que a liberdade humana é o fundamento para antropologia cristã. Defendeu-a contra os maniqueus, que afirmavam o homem não ser livre, e de cuja doutrina ele mesmo tinha sido vítima.

A metodologia utilizada nesse trabalho foi a analítica, através de pesquisa bibliográfica tendo como os principais autores: Ettiéne Gilson, Anthony Kenny, Nair de Assis Oliveira (Tradutora da obra de Agostinho), Giovanni Reale, entre outros, e teve como

fins analisar e compreender os argumentos de Agostinho referente a liberdade humana conciliada à presciência divina.

A presente pesquisa parte da hipótese de que: existe uma conciliação entre a liberdade do homem e a presciência divina, porque Deus na sua onisciência se recua do homem, e lhe dá o poder de decisão, para que o homem exerça sua liberdade.

O interesse em trabalhar o conceito de liberdade e as questões desenvolvidas na obra *O Livre-Arbítrio*, é o fato de que Agostinho não desenvolve, um problema ultrapassado, sem relevância filosófica. Pelo contrário, trata-se de um tema atual e de decisiva importância. O próprio Agostinho experimentou em sua vida os problemas tratados em sua obra.

1 AURÉLIO AGOSTINHO: VIDA E OBRA

1.1 Do nascimento ao conhecimento da filosofia

Aurélio Agostinho nasceu em Tagaste, aos 13 de novembro de 354. Naquele tempo, Tagaste era uma pequena cidade da Numídia, atual Argélia no norte da África. Seus pais não eram ricos; o pai, era um pagão e chamava-se Patrício e a mãe fervorosa cristã chamada Mônica. Os pais de Agostinho tiveram um grande cuidado na educação do filho, afim de que ele fosse bem instruído nas letras, e desde muito cedo notavam nele uma disposição maravilhosa para o estudo das ciências. (RIBEIRO-1959, p.268).

Uma vez na infância estando Agostinho muito doente e em perigo de morte, sua mãe Mônica preparou tudo para que ele recebesse o batismo, mas logo que o perigo da doença se afastou, o recebimento do sacramento foi adiado, deixando para o receber somente mais tarde. (AGOSTINHO-1997, p.34).

Agostinho, no ano de 365, com dezesseis anos de idade fez seus primeiros estudos de clássicos latinos, retórica, lógica, geometria, música e matemática, em Madaura uma pequena cidade próxima a Tagaste, e no seio familiar ele recebeu uma educação cristã. (AGOSTINHO-1997, p.11).

Patrício, orgulhoso do êxito de seu filho na escola de Madaura, decidiu enviá-lo a Cartago para que Agostinho se tornasse retórico. “[...] na época de Agostinho, o retórico já havia perdido seu papel antigo, que como sabemos, era um papel político e civil[...], tendo-se tornado essencialmente professor[...]”. (REALE e ANTISERI-1990, p.428).

Ele chega em Cartago ao final do ano de 370 e todas as circunstâncias tendem a desviá-lo de seu verdadeiro caminho, as seduções da cidade grande, o meio pagão, a libertinagem de outros estudantes, os teatros, a embriaguez de seu êxito literário e o orgulhoso desejo de ser o primeiro em tudo, incluiu Agostinho no mal moral. Entretanto,

caminhava com grande êxito nos estudos que tinham por objetivo encaminhá-lo a magistratura. (RIBEIRO-1959, p.270).

Em 372, Agostinho se enamora por uma amante, e com ela tem um filho que recebeu o nome de Adeodato, que quer dizer (“dado por Deus”), segundo se sabe através de seus escritos em *Confissões*, o seu filho morreu jovem e o nome da amante não se sabe, mas Agostinho confessa ter-lhe sido sempre fiel. (RIBEIRO-1959, p.270).

No ano de 373, depois de ler o “*Hortensius*”¹ de Cícero², Agostinho fica maravilhado pela exortação feita por Cícero a respeito da filosofia, isso mudou suas perspectivas e o fez sentir o valor de buscar a sabedoria, como ele mesmo relata em *Confissões*:

[...] chegou-me às mãos o livro de um tal de Cícero, cuja linguagem- mas não o coração- é quase unanimemente admirada. O livro é uma exortação à filosofia e chama-se Hortênsio. Devo dizer que ele mudou meus sentimentos e o modo de me dirigir a ti [sabedoria], ele transformou minhas aspirações e desejos. (AGOSTINHO,1997, p.70).

Manifesta-se então em sua vida algo novo, ou seja, a filosofia, a partir de então Agostinho considera a retórica apenas uma profissão, pois a filosofia havia lhe ganhado o coração, isto é, toda sua busca por um ideal passa a ser através da filosofia. A única coisa que o desgostava nos filósofos é que neles não encontrava o nome de Jesus Cristo que tinha ouvido dos lábios de sua Mãe desde de pequeno e que lhe causavam profunda impressão em seu coração. (RIBEIRO-1959, p.270).

Após a leitura da obra de Cícero, Agostinho quis então ler as Sagradas Escrituras, mas a simplicidade do estilo desagradou-lhe, pois estava habituado com a elegância literária de Cícero. Agostinho ainda se inquietava com a busca da verdade e com as respostas que necessitava para os seus questionamentos. (RIBEIRO-1959, p.270).

O filósofo caiu então nas mãos dos maniqueus que falavam somente de Jesus Cristo, do Espírito Santo e da Verdade, os discursos pomposos deles seduziram Agostinho, dando-lhe gosto por suas ilusões e aversão pelo Novo Testamento. (AGOSTINHO-1997, p.73).

¹ Essa obra segundo os historiadores não sobreviveu ao tempo, mas “converteu Agostinho à filosofia quando estudava em Cartago”. (REALE, ANTISERI,1990, p.429). ² “Cícero (106-43 a.C.) foi o mais significativo representante do pensamento eclético”, ou seja, das escolas do período helenístico. (REALE, ANTISERI,1990, p.279).

O problema da origem do mal o atormentava, e ainda que não foi possível resolvê-lo através da doutrina maniqueísta, ele reconheceu nessa doutrina, uma maneira de se entender a realidade e o dualismo que nela existe. E assim ser capaz de articular os conflitos existentes entre o bem e o mal.

Para Agostinho, durante sua fase maniqueísta, o mal presente nele e em todo o universo não estava relacionado a Deus, que em sua natureza é bom, e além disso ele não via o mal que cometia como de responsabilidade sua, ou fruto de sua livre escolha. Sobre isso, ele diz:

[...] não éramos nós que pecávamos, mas alguma outra natureza estabelecida em nós. O fato de estar sem culpa e de não dever confessar o mal após tê-lo cometido satisfazia o meu orgulho; desse modo eu não permitia que curasses minha alma que pecara contra ti preferindo desculpá-la e acusar não sei de qual outra força que estava em mim, mas não era eu. Na realidade, tudo aquilo era eu, mas a impiedade me dividia contra mim mesmo. (AGOSTINHO, 1997.p.133).

Conquistado pela seita maniqueísta, ele a estuda por nove anos afim de apresentar ao bispo Fausto² suas indagações quanto a fé maniqueísta. Por um longo tempo, Agostinho depositou suas esperanças nessa doutrina, pois ao seu ver, parecia combinar com que ele buscava, e aparentemente satisfazia seus anseios.

Em 376, chega em Cartago Fausto de Mileve o celebre bispo maniqueísta. Agostinho foi visita-lo, interrogou-o sobre os argumentos maniqueístas relacionados a fé. E pelas respostas do bispo, Agostinho conclui que esse não passava de um retorico vulgar e um completo ignorante da sabedoria científica, sobre Fausto e os maniqueístas, diz Agostinho:

[...] havia em sua boca laços do demônio e um engodo, preparado com a mistura de sílabas do vosso nome, do de Nosso Senhor Jesus Cristo e do Paráclito Consolador, o Espírito Santo. Jamais esses nomes se lhes retiravam dos lábios, mas eram apenas sons e estrépito da língua. O seu coração estava vazio de sinceridade. Diziam: “Verdade e mais verdade!” Incessantemente me falavam dela, mas não existia neles! (AGOSTINHO, 1999, p.72).

² Fausto de Milevo, bispo maniqueísta do século IV. Segundo mestres desta seita, Fausto era um dos mais letrados do grupo. Ele era de origem humilde e pagã, e, ficou famoso como professor, pregador e debatedor.

Por esse motivo, ele se desencantou pela doutrina maniqueísta e, embora não tenha abandonado a seita imediatamente, ele já rejeitava seus ensinamentos. Após se afastar definitivamente do maniqueísmo, ele sentiu-se tentado em conhecer a filosofia cética³, no entanto desviou-se rapidamente deste seguimento. (RIBEIRO1959, p.273).

No ano de 383, aos vinte e nove anos de idade, Agostinho cedeu à atração que a Itália exercia sobre ele, e em 384, deixa Cartago para lecionar em Roma, onde passa um ano atormentado por uma doença. (AGOSTINHO-1997, p.75-82). Ao se recuperar, abriu uma escola de retórica, mas, revoltado com as artimanhas e o mal comportamento dos alunos romanos ele se submeteu a um pedido do Prefeito Símaco de Milão, para lecionar na cidade. (AGOSTINHO-1997, p.136).

Mudou-se então para Milão e começou a ouvir os sermões de Ambrósio, bispo da cidade, na catedral milanesa. Quando visitou Ambrósio sentiu-se cativado pela amabilidade contida nas suas palavras, sobre esse encontro relata Agostinho:

[...] enquanto abria o coração às palavras eloqüentes, entrava também, pouco a pouco, a verdade que ele pregava. Comecei então a notar que eram defensáveis suas teses, e logo vim a perceber não ser temerário defender a fé que eu supunha impossível opor aos ataques dos maniqueus. E isto sobretudo porque via resolverem-se uma a uma as dificuldades de várias passagens do Antigo Testamento que, tomadas ao pé da letra, me tiravam a vida. Ouvindo agora a explicação espiritual de tais passagens, eu me reprovava a mim mesmo por ter acreditado que a Lei e os Profetas não pudessem resistir aos ataques e insultos de seus inimigos.
(AGOSTINHO,1997, p.138).

Ao ouvir os sermões de santo Ambrósio, as dúvidas de Agostinho foram aos poucos se dissipando, e com mais veemência ele sentia-se atraído em abraçar a fé católica, mas ainda não sentia que deveria de fato abraça-la:

³ Filosofia cética: É a ideia de que a razão, as percepções e os outros meios que podem ser utilizados para alcançar o conhecimento, são fracos, enganadores e inadequados para este fim, se o conhecimento for considerado uma coisa perfeita, fixa ou completa. O verdadeiro conhecimento se existe, está simplesmente além das capacidades humanas. (CHAMPLIN-1966, p.705).

[...] não me sentia no dever de abraçar a fé católica, só pelo fato de que ela podia contar com doutos defensores, capazes de refutar as objeções dos adversários com argumentos sérios. Por outro lado, não me pareciam condenáveis as doutrinas que abraçara: os argumentos de defesa das duas partes equivaliam-se. A fé católica não me parecia vencida, mas para mim ainda não se afigurava vencedora. (AGOSTINHO,1997, p.127).

Antes de abraçar a fé católica, Agostinho enfrenta ainda um período de três anos, com duas fases distintas. A Primeira, foi a de fazer filosofia com os acadêmicos e o ceticismo pessimista, a segunda foi o conhecimento da filosofia neoplatônica que lhe inspirou grande entusiasmo e esperança de encontrar a verdade. (RIBEIRO-1959, p.274).

Agostinho compôs várias obras quando permaneceu em Roma, no ano de 387 até 388, entre as principais obras nesse período situa-se: *Contra os Acadêmicos* (escrita em 386). *Solilóquios* (387), *Do Livre Arbítrio* (388-395), *De Magistro* (389). (AGOSTINHO-1999, p. XII).

Aos trinta anos de idade, chegaram-lhe às mãos alguns livros platônicos, nos quais ele pode conhecer uma filosofia diferente daquela que lera em Cícero, e também diferente da doutrina dos maniqueístas. A leitura dos neoplatônicos leva Agostinho a buscar no próprio íntimo de sua alma a Verdade.

[...] com os olhos da alma, acima destes meus olhos e acima de minha própria inteligência, vi uma luz imutável. [...] Era como se brilhasse mais clara e tudo abrangesse com sua grandeza. [...] Estava acima de mim porque ela me fez, e eu abaixo porque fui feito por ela. Quem conhece a verdade conhece esta luz, e quem a conhece, conhece a eternidade. [...] ó eterna verdade. És meu Deus. (AGOSTINHO,1997, p.190).

A importância do neoplatonismo para o pensamento de Agostinho é nítida, mas apesar dele ter se apropriado de muitas noções neoplatônicas, estas foram apenas um instrumento para o seu progresso de vida, e para a elaboração de uma filosofia cristã.

1.2 Da conversão ao falecimento

Finalmente, a leitura das Sagradas Escrituras iluminou sua mente e, logo ele teve a certeza, de que Jesus Cristo é o único caminho da verdade e da salvação. Referente as

Sagradas Escrituras e à Cristo, diz Agostinho para seu filho Adeodato, em um diálogo intitulado *De Magistro*⁴:

[...] avisei-te simplesmente, que não lhes atribuas importância maior do necessário, para que, não apenas se creia, mas também se comece a compreender com quanta verdade está escrito nos livros sagrados que não se chame ninguém nessa terra de mestre, pois o verdadeiro mestre e único de todos está no céu. (AGOSTINHO,1999, p.323).

Em 386, aos trinta e dois anos concretiza-se sua conversão, e estando Agostinho doente, renunciou a sua cátedra em Milão e viajou com Mônica, Adeodato, Alípio⁵ e Evódio⁷ para Casicíaco, para descansar e buscar a verdadeira filosofia que para ele era inseparável do cristianismo.

Agostinho foi se familiarizando com a doutrina cristã e também com a fusão da filosofia platônica e os dogmas revelados, isso, começou a formar um sistema em sua mente. Na vigília pascal de 387, ele recebe o batismo, juntamente com seu filho Adeotado e seu amigo Alípio, esse fato lhe dá um novo começo de vida.

Decide então voltar para sua terra, a África, mas no trajeto, em Óstia, Mônica sua mãe fica enferma e vem a falecer. Mônica em seu leito de morte, despede-se de Agostinho e diz:

[...] meu filho quanto a mim, já nada me dá prazer nesta vida. O que ainda estou fazendo aqui e porque estou aqui, eis algo que ignoro. Minha esperança nesta vida já está plenamente satisfeita. A única razão porque queria permanecer um pouco mais de tempo nesta vida era o desejo de ter um cristão católico antes de morrer. O meu Deus me concedeu essa graça de um modo muito além do que eu podia esperar". (AGOSTINHO,1997, p.257).

⁴ *De Magistro (Do Mestre)* escrita em 389 d.C. Essa obra é um diálogo entre Agostinho e seu filho Adeodato, que tem como tema central a finalidade da linguagem.

⁵ Alípio grande amigo de Agostinho, será mais tarde bispo de Tagaste. (AGOSTINHO,1997, p.154). ⁷ Evódio: "Era este já homem formado, quando conheceu Agostinho. Fora a princípio militar, tendo depois se dedicado às letras. Convertido em Milão. Recebeu o batismo pouco antes de Agostinho. Ficou a seu lado, após a morte de Mônica, em Roma, e em seguida foi para Tagaste, participar da primeira comunidade de monges. Mais tarde, em 396, tornou-se bispo de Upsala, perto de Útica, na África proconsular". (OLIVEIRA,1995, p.12).

Após a morte de sua mãe, Agostinho, seus amigos e seu filho, retornam a África, mais precisamente à Tagaste, onde fundaram uma comunidade cristã. Santo Agostinho não pensou em ser sacerdote pois temia o episcopado, incluindo as temíveis cidades entre as quais obrigatoriamente teria que escolher. (RIBEIRO-1959, p.286).

Mas em 391, durante uma visita a Hipona, ele assistia a uma missa na catedral hiponense, onde a congregação reunida em assembleia insistiu para que ele aceitasse o sacerdócio, a fim de auxiliar o bispo Valério⁶. E assim como que de surpresa Agostinho foi ordenado.

O neossacerdote considerou sua ordenação um motivo a mais para desenvolver sua vida religiosa em Tagaste, com a aprovação do bispo Valério, e com uma propriedade da Igreja à sua disposição, Agostinho funda um mosteiro. Seus cinco anos de sacerdócio foram frutíferos, e um desses frutos foi combater heresias, especialmente a do maniqueísmo sobre o qual teve um êxito prodigioso. (RIBEIRO1959,p.290).

Em 396, foi eleito bispo auxiliar para a diocese de Hipona, testemunhou o fim de uma civilização e de uma cultura com a queda do Império Romano, ele viveu intensamente os grandes e decisivos momentos da história do ocidente.

E aos 28 de agosto de 430, em Hipona, morre com setenta e seis anos, aquele que é considerado um dos maiores, filósofos e teólogos, do ocidente: Santo Agostinho

“[...] aquele descanso com que Vós repousastes no sétimo dia, após tantas obras excelentes e sumamente boas, ainda que a realizastes sem fadiga, significa que nós também, depois de nossos trabalhos, bons porque nos concedestes, descansaremos em Vós no sábado da vida eterna. (AGOSTINHO,1999, p.30).

Agostinho viveu a pobreza e não deixou testamento, porém recomendou que se conservasse com cuidado a biblioteca da Igreja e todos os livros que tinha em seu mosteiro para o uso daqueles que viessem depois dele. Ele serviu a Igreja perto de quarenta anos na qualidade de sacerdote e bispo. (RIBEIRO-1959, p.302).

⁶ Bispo de Hipona, ordenou Agostinho sacerdote. E mais tarde pelo peso da idade elegeu Agostinho bispo auxiliar de Hipona. (AGOSTINHO,1997).

1.3 As influências: Estoicismo, Neoplatonismo e Maniqueísmo

Na segunda metade do século IV a.C., Atenas ficou subordinada politicamente aos macedônios, que formou um imenso Império e integrou a Grécia, o Oriente Médio e o Norte da África. Por esse motivo o pensamento grego difundiu-se por todas essas regiões, desse fato surgiu o helenismo, período em que se universalizou a cultura e a língua gregas por todo Império Macedônico, e que ao mesmo tempo recebia influência de novas ideias advindas de outros povos.

Nesse período “[...] A consequência política mais importante produzida pela revolução de Alexandre⁷ foi o desmoronamento da importância sociopolítica da Polis[...]”. (GIOVANNI REALE-1990, p.227). Pois no período clássico de Sócrates, Platão e Aristóteles, a realização do homem político se dava na polis, ou seja, a felicidade do homem grego era estar no governo da polis. Mas com o advento do Império Macedônico o homem foi inserido em um novo universo político, social e cultural.

De acordo com Battista Mondin (1981, p.108), em um comentário ao helenismo ele afirma que o ser humano “[...] não pode atingir a felicidade senão apoiando-se em suas próprias forças e recolhendo-se em si mesmo[...]”, e essa ideia é central na escola filosófica denominada estoicismo⁸.

O principal movimento filosófico do helenismo foi o estoicismo, essa escola filosófica sustentava o argumento de que a felicidade do homem está em sua virtuosidade⁹, ou seja, em uma disposição interna pela qual o ser humano é capaz de estar em harmonia consigo mesmo. Conduzindo sua vida através da luz da razão e assim anulando seus vícios¹⁰.

⁷ Alexandre Magno (356-323 a.C.): foi o criador do “helenismo”. Período em que acontece a fusão da cultura grega com as culturas orientais. Filho de Felipe II da Macedônia e Olímpias do Épiro. Foi rei da Macedônia desde o falecimento de seu pai, em 336 A.C., até seu próprio falecimento, em 323 A.C. Aristóteles filósofo grego foi seu mestre. (CHAMPLIN-1966, p.103).

⁸ Estoicismo escola filosófica do período helenístico que teve como fundador Zenão, nascido em Cítio, na ilha de Chipre, por volta de 333/332 a.C. e que se transferiu para Atenas em 312/311 a.C. Concebia a Filosofia como “a arte de viver”. (REALE, ANTISERI,1990, p.251-252).

⁹ “A virtude [para os estoicos] é o único bem em sentido absoluto porque ela constitui a realização no homem da ordem racional do mundo”. (ABBAGNANO,2000, p.22).

¹⁰ [...] com referência ao conceito aristotélico-estóico de virtude como o ato racional da conduta, o vício é um hábito (ou disposição) irracional. Neste caso vícios são os extremos opostos cujo meio termo é a virtude[...]. (ABBAGNANO-2007, p.1000).

Com a passagem do mundo antigo ao domínio romano, surge uma nova religião: o cristianismo, que trazia consolo para a angústia que predominava naquela época. O primeiro pensador cristão que procurou sintetizar o helenismo com o Cristianismo foi Clemente de Alexandria¹¹.

Segundo seu pensamento a filosofia tinha um papel propedêutico à fé cristã. O papel da filosofia, após o advento de Cristo, seria a de permitir que se chegasse a fé de maneira racional, e é justamente o que pretendeu Agostinho ao sistematizar sua filosofia.

O Filósofo se serve também de outras duas tradições, o maniqueísmo e o neoplatonismo. O maniqueísmo¹² traz elementos do cristianismo e do budismo¹³. Eis uma breve síntese da teoria maniqueísta:

[...] para os maniqueus, havia duas divindades supremas a presidir o universo: o princípio do Bem e o do Mal – a luz e as trevas. Como consequência moral, afirmavam ter o homem duas almas. Cada uma presidida por um desses dois princípios. Logo, o mal é metafísico e ontológico. A pessoa não é livre nem responsável pelo mal que faz. Este lhe é imposto. (OLIVEIRA,1995, p.15).

O neoplatonismo¹⁴, em síntese, traz como fundamento o Uno. Segundo Plotino, o Uno é tudo o que existe (monismo) e dele procede o Nous (inteligência) é a primeira emanção de tudo que existe e marca o início da multiplicidade:

[...] “Nous” é a inteligência suprema aristotélica, que contém em si todo o mundo platônico das idéias, isto é, a Inteligência que pensa a totalidade dos inteligíveis[...] entendendo por isso a união do supremo pensamento com o supremo pensado. (REALE, ANTISERI,1990, p.343).

Plotino pretende mostrar que a passagem do Uno para a multiplicidade dos seres não é direta, mas que tudo vem do Uno, por etapas que compreendem graus

¹¹ Clemente nasceu em Alexandria ou em Atenas em torno de 150 d.C., segundo as fontes históricas não se sabe ao certo local e data exatos. (REALE, ANTISERI,1990, p.411).

¹² O fundador do maniqueísmo foi Mani [podem-se encontra escritos como “Manes”] por isso a seita traz o nome de Maniqueísmo, nascido na Babilônia no início do século III d.C.

¹³ Doutrina filosófica e religiosa fundada por Siddartha, chamam-no frequentemente de Buda, “o asceta Gotama”. Que tem como prioridade a sabedoria e a iluminação divina, através de atos meditativos interiores. (FRANCA,1965, p.23).

¹⁴ Doutrina filosófica fundada por Plotino (205-270 d.C.) Filósofo neoplatônico, “é última grande voz da antiguidade greco-pagã” (REALE, ANTISERI,1990, p.335).

intermediários hierarquicamente dispostos da perfeição. Na parte superior de tudo está o Uno, unidade perfeita, eterna, infinita e necessária. “[...] Portanto, o uno é atividade auto-produtora, absoluta liberdade criadora, causa de si mesmo, aquilo que existe em si e para si, o “transcendente a si mesmo”[...]. (REALE, ANTISERI,1990, p.341).

Logo, em Agostinho é marcado um período muito significativo no final da antiguidade, pois ele é o último dos clássicos, e assume toda a herança grega de Platão, dos estoicos e de Plotino, compondo uma síntese entre a herança grega e a sabedoria cristã. “[...] A sua influência se estendeu não só ao domínio da filosofia, da dogmática, da teologia moral e da mística, mas também à vida social e caritativa, à política eclesiástica e ao direito público[...]. (REALE, ANTISERI,1990, p.434). Santo Agostinho foi um dos grandes padres da Igreja¹⁵ que dominou o pensamento ocidental até o século XIII.

1.4 Estrutura da obra: *O Livre-Arbítrio*¹⁸

A obra foi escrita por Agostinho, iniciado em 388 d.C., em Roma, somente concluído na África, em 395 d.C. É composta de três livros, nos dois primeiros ele se utiliza da forma escrita de diálogo, assim, como escrevia o filósofo clássico Platão.

No III Livro, passa-se de diálogo à estrutura de discurso contínuo, ou seja, Evódio o interlocutor desaparece minuciosamente da obra, este fato acontece porque ele não acompanhou o seu amigo Agostinho até Hipona”.

A obra discorre sobre dois temas centrais: a liberdade e a origem do mal, e também sobre grandes questões de relevância filosófica, como por exemplo, porque Deus nos dotou de uma vontade livre, embora previsse o abuso que dela faríamos.

Esse diálogo é considerado um dos que mais apresenta o teor do pensamento filosófico de Agostinho, porém, sabemos que para ele o estudo da filosofia sempre é encaminhado para Deus e não pura ocupação intelectual.

Pode-se afirmar também que esse texto, foi escrito contra as heresias dos maniqueístas, mas sem apresentar grandes polêmicas. Pois tendo Agostinho se convertido

¹⁵ “Padre ou Pai da Igreja” se refere a um leigo, sacerdote ou bispo, da antiguidade cristã, considerado pela tradição posterior como testemunho particularmente autorizado da fé. (OLIVEIRA,1995, p.7). ¹⁸ Título original da obra em Latim “ De Libero Arbitrio”.

e sentindo-se no caminho da verdade buscava então orientar seus amigos para também seguir esse caminho. “Tal é a trama essencial, simples e poderosa de *O Livre Arbítrio*”. (OLIVEIRA,1995, p.15).

1.4.1 Síntese das ideias fundamentais

O Livro I, com título “O pecado provém do livre arbítrio” é composto por dezesseis capítulos e três partes: “essência do pecado”, “submissão da razão às paixões”, “a causa do pecado”, “o abuso da vontade livre” e, a atuação da boa vontade prova que “o pecado vem do livre-arbítrio”. Sobre a questão do pecado discutida no Livro I, explica Oliveira na introdução:

[...] antes de tudo, para descobrir a origem do pecado, é preciso saber qual a sua essência. Ora, cometer o mal não é nada mais do que submeter sua vontade às paixões, ou preferir aos bens propostos pela fé eterna uma satisfação pessoal. E isso só é possível pela livre opção de nossa vontade. (OLIVEIRA,1995, p.14).

No Livro II, a prova da existência de Deus revela-O como fonte de todo bem. Deus não é o autor do mal, mas do livre-arbítrio, que é um bem. Composto por vinte capítulos e três partes: “início da ascensão a Deus para chegarmos à prova de sua existência”, “a intuição de Deus acima da razão” e “tudo o que é bom e perfeito vem de Deus”. Conforme OLIVEIRA-1995, o livro II é o coração da obra:

[...] num método ascensional, Agostinho prova a existência de Deus, autor de todo bem. E a vontade livre, mesmo fraca, não se pode recusar um lugar honroso entre os bens criados. (OLIVEIRA,1995, p.14).

O Livro III é o momento de Louvor à Deus pela ordem universal da qual o livrearbítrio é um elemento positivo, ainda que sujeito ao pecado. Composto por vinte e cinco capítulos e três partes: “conciliação entre o pecado e a paciência de Deus”, “relações entre pecado e a providência divina” e “Problemas diversos”. Segundo OLIVEIRA-1995, o livro III é o complemento e esclarecimento dos livros anteriores:

[...] Trata da Providência de Deus em face aos seres livres. Portanto, sempre louvar a Deus por ter criado a vontade livre, mesmo pecadora, como um elemento da vontade universal. Por certo, o pecado não depende de presciência divina, e não é necessário à ordem. Sua presença, porém, não consegue tornar a ordem atual indigna de Deus. A última palavra a respeito do pecado, como do mal físico, será sempre: “Louvores a Deus!” (OLIVEIRA,1995, p.14).

Essa obra teve grande influência no desenvolvimento da filosofia cristã e da teologia moral. Provocando conflitos e controvérsias entre pensadores pós Agostinho, principalmente durante o período da reforma Luterana e Calvinista no século XVI.

2 A PROVA AGOSTINIANA DA EXISTÊNCIA DE DEUS

2.1 O tema de Deus em *O Livre-Arbítrio*

No livro II da obra *O livre-arbítrio*, Agostinho levanta a seguinte questão: Deus existe? E para tentar dar uma resposta de forma racional, ele desenvolve um método ascensional do conhecimento, que demonstre que seja possível chegar até a Verdade eterna e imutável, ou seja, Deus, que para ele é a última e suprema meta de toda a busca humana.

A existência dessa Verdade, coincide com a existência de Deus. Segundo afirma Gilson “[...] a verdade é independente e transcendente em relação ao espírito que ela regula. Mas, no mesmo ato, ao descobrir a transcendência da verdade, o pensamento descobre a existência de Deus [...]”. (ETIENNE GILSON-2006, p.43).

Evódio, o interlocutor, ao responder se Deus existe, toma uma posição de mera crença, e afirma acreditar na existência de Deus, porque está escrito na Bíblia. Agostinho pretende mudar essa posição ingênua do interlocutor, para uma posição de conhecimento seguro, e de boa argumentação racional. (AGOSTINHO-1995, p.76).

Tratar do tema de Deus em Agostinho é de alguma maneira pôr em relação a criação com o seu criador, onde o homem ocupa um posto privilegiado nessa relação. Enquanto ser racional, o homem é iluminado pela luz divina. Sendo assim, ele é capaz de conhecer e interagir com o mundo, reconhecendo que o autor de todos os bens é único. O Deus criador (Sumo Bem), para o qual se deve voltar toda a energia, da livre vontade humana.

O homem para santo Agostinho, é perfeitamente ordenado, e está na parte superior da hierarquia ontológica dos seres existentes, que desde a criação do mundo obedece a Lei eterna. Para ilustrar essa ideia de hierarquia podemos imaginar a figura de uma

pirâmide, na parte inferior objetos inanimados, na parte mediana plantas, animais, e na parte superior o homem. (*scala naturale*).

Ao compreender essa classificação hierárquica, se entende o movimento ascensional agostiniano, do exterior ao interior e deste ao superior. A prova da existência de Deus agostiniana, inclui o mundo, a alma humana, e a transcendência que faz com que a alma encontre a Verdade, que habita dentro dela mesma.

Partindo do conhecimento sensível e passando pela inteligência, o homem necessita, desprender-se da realidade material e externa e voltar-se para o seu interior, ou seja, voltar-se para sua alma, que é o único meio de encontrar a Verdade, e assim encontrar Deus.

2.2 A hierarquia do mundo e da alma

O primeiro ponto analisado por Agostinho consiste em uma observação atenta do mundo, na qual, ele constata que o mundo está hierarquizado em três tipos de realidades existentes: A primeira, as coisas que são e somente são, ou seja, possuem uma realidade - a existência- são os seres inanimados. A segunda as coisas que existem e vivem, os seres animados, e a terceira, o ser que existe como inanimado, vive como animado, mas, entende, é racional, isto é, sabe que vive. Esse ser é o homem, assim explica santo Agostinho:

[...] a razão domina todos os movimentos da alma, [por isso] o homem deve se dizer perfeitamente ordenado. [...] E o que põe o homem acima dos animais [é a razão], seja com qual nome designemos tal faculdade, mente, espírito ou razão (AGOSTINHO,1995, p.46-47).

Agostinho diz que: “[...] só o homem possui, juntamente com as duas outras [realidades], a inteligência que supõe nele o existir e o viver [...]”. (AGOSTINHO1995, p.81).

Desse modo, a hierarquia das realidades presentes no mundo, se reproduz no interior do homem, dentro da alma humana e divide-se em ser¹⁶, viver¹⁷ e entender¹⁸.

2.2.1 O exame da razão

Após desenvolver essa reflexão sobre a hierarquia ontológica dos seres e de sua reprodução dentro do homem, Agostinho, realiza o exame específico da razão, e constata que ela é a parte superior da alma humana. “[...] O primeiro passo [no exame] de sua razão será afirmar-se a si mesma provando que é possível saber alguma coisa [...]”. (GILSON-2006, p.35), ou seja, ele quer tentar provar, através desse exame a possibilidade de uma certeza geral.

Agostinho: [...] eu te perguntaria, primeiramente, se existes. Ou, talvez, temas ser vítima de engano ao responder a essa questão? [...] Evódio fica em dúvida e tem medo de dar uma resposta à pergunta, e rapidamente tenta esquivar-se.

Evódio: “É melhor passares logo adiante, às demais questões” (AGOSTINHO-1995, p.80, grifo nosso).

No entanto, é a dúvida de Evódio que dá possibilidade para a superação de tal dúvida (se ele Evódio existe), pois se ele não existisse como poderia enganar-se ou duvidar de algo. Logo o ato de duvidar é pensar, e isso, faz com que ele tenha a possibilidade de reconhecer, mesmo pondo em dúvida, sua própria existência.

Considerando, como categoria principal o pensar, explica-nos Marcos da Costa:

[...] chegado à certeza de três verdades seguras, a saber: que ele existe, vive e pensa (e entre estas, dando primazia à última, visto que, pelo pensamento, o sujeito pensante sabe que vive e existe, pois não poderia pensar sem viver e nem viver sem existir). (COSTA,2012, p.27).

¹⁶ Capacidade da alma de sentir o mundo, através dos sentidos exteriores (visão, audição, tato, olfato, paladar).

¹⁷ Sentido interior: subordina os sentidos exteriores e delibera entre coisas desejáveis e indesejáveis, e ainda de fragmentar o mundo, separando os elementos básicos da percepção, além de unir fragmentos criando algo novo.

¹⁸ Razão parte superior da alma e tem como princípio subordinar as outras duas realidades.

Portanto, a consciência do pensamento que prova a si mesma, e o conhecimento de sua própria existência, é uma reflexão metodológica e sistematizada, e pode ser estendida para tudo o que é possível conhecer, ou seja, uma busca por via dos avanços e implicações que decorrem do método ascensional agostiniano.

2.3 O princípio de subordinação

Partindo da hierarquia dos seres existentes, que está submetida à lei eterna, e demonstrada de forma magistral por Agostinho, analisemos o princípio de subordinação, que é a capacidade julgadora de seus componentes. A classificação de diferentes faculdades em uma hierarquia, esta mesma, está fundamentada segundo um princípio como demonstra Antony Kenny:

[...] o sentido interior é superior aos sentidos exteriores, a razão é superior ao sentido interior—sob o fundamento de que se A produz juízos sobre B então A é superior a B. Dentro de nós, nada é superior à razão. (KENNY,2008, p.313-314).

A ordem, ou hierarquia, portanto, se estabelece sobre o princípio de julgamento, onde quem julga é superior ao que é julgado, e julgar nesse sentido, é entendido como avaliar, isto é decidir-se por alguma coisa. Assim diz, o filósofo ao seu interlocutor:

Agostinho: [...] por conseguinte, vê lá porque motivo te pareceu que se deve preferir o sentido interior aquele pelo qual sentimos os corpos?

Evódio: Porque reconheço, no sentido interior, uma certa atividade governadora e um juiz daquele outro. [...] ora, ninguém dúvida que aquele que julga é melhor do que aquilo acerca do qual julga.

Agostinho: [...] creio que já te deste conta do que quis dizer: seguramente é assim que aquele sentido interior julga acerca dos sentidos do corpo [...] tal como os próprios sentidos do corpo também julgam acerca dos corpos [...] do mesmo modo, também penso que já não é preciso investigar se a razão julga acerca destes sentidos. (AGOSTINHO,1995, p.89-90).

Desse modo, o princípio de subordinação é fundamentado sobre uma verossimilhança, estabelecida por Agostinho, e não sobre algo demonstrável, ou seja, sobre algo que é provado, porque não pode ser constatado este princípio de forma evidente, pois nem tudo o que julga é superior ao que por ele é julgado.

O próprio Agostinho irá perceber isso, ao constatar que o homem, ao julgar acerca da verdade, não o faz porque lhe é superior. Logo, o homem não julga a própria verdade, e sim segundo as leis da verdade, e desse modo não se rompe o princípio de subordinação. (AGOSTINHO-1995, p.117-118).

2.3.1 A razão tem a supremacia na hierarquia

Frente à demonstração da hierarquia dos seres e do princípio de subordinação, Agostinho constata que a supremacia nessa hierarquia é da razão, ou seja, ela é superior as outras realidades, uma vez que, é ela, quem julga a realidade do viver e do ser (existir).

Porém, Agostinho pretende passar mais adiante, na busca de uma realidade que esteja acima da razão. Isso será para ele provar a própria existência de Deus. “[...] se encontrarmos algo fora de nós mesmos superior à razão, Agostinho pergunta, chamaremos isso de Deus [...]”. (AGOSTINHO-1995, p.93).

Nesse ponto, Evódio discorda de Agostinho, e admite que uma realidade qualquer que exista superior a razão, só poderá ser chamada de Deus, se acima dela nada mais existir.

[...] se puder descobrir algo que seja melhor do que aquilo que, na minha natureza, é mais excelente, não diria de modo imediato que é Deus. Com efeito, não me agrada chamar Deus àquilo que a minha razão é inferior, mas àquilo a que nenhuma realidade é superior. (AGOSTINHO,1995, p.93).

Esta realidade superior, deve sem dúvida, ser eterna, como Deus é eterno, ao contrário da razão humana, que é comprovadamente finita e mutável. Logo, para que a existência de Deus seja demonstrada, é necessário, existir algo imutável acima da razão, ou seja, algo sobre o qual nada mais exista de superior.

Agostinho, na sequência, questiona Evódio, se saberia ele, da existência de um princípio que fosse comum a todas as almas, sem que, no entanto, sofresse algum tipo de mudança ao ser desfrutado, ou ainda, se haveria alguma realidade imutável que fosse comum a todos.

Agostinho: [...]. Há alguma coisa que possa ser objeto comum da visão a todos os seres capazes de raciocinar. [...] que permanecem inalteráveis em sua integridade, seja ela vista ou não. Em tua opinião, talvez nada exista como tais propriedades?

Evódio: Ao contrário. Eu vejo muitas coisas dessa natureza. Basta lembrar a razão e a verdade dos números. (AGOSTINHO,1995, p.100).

A resposta de Evódio, sugere a verdade infalível do número. Logo, as operações matemáticas são eternas e imutáveis, pois não se alteram pela ação do tempo, ou seja, a soma de sete e três, é igual a dez, desde sempre. E do mesmo modo, essas realidades numéricas são comuns, isto é, conhecida por todos, e se impõe independentemente do conhecimento matemático. Como afirma Kenny:

[...] Entre as coisas mais elevadas na mente humana estão o conhecimento dos números[...]. As verdades da aritmética são inalteráveis[...] e são comuns a todas as pessoas educadas[...]. Nosso conhecimento de aritmética não é derivado da experiência de contar: Pelo contrário utilizamos a regra da soma e da subtração para salientar quando alguém contou errado. (KENNY,2008, p.314).

Entretanto, se aprendemos as noções numéricas e as operações aritméticas pelos sentidos, a realidade última dos números, isto é, a regra de abstração matemática é compreendida somente pela razão. Segundo, Anthony Kenny “[...] estamos cientes de regras que se aplicam através da série interminável dos números, uma coleção numerosa que jamais poderíamos encontrar na experiência [...]”.

(KENNY-2008, p.314).

Porém, Agostinho diz que na verdade, qualquer noção numérica de algarismos, é apreendida pelos sentidos, uma vez que a unidade não pode ser captada por qualquer sentido exterior:

[...] ora, todo aquele que reflete com toda a verdade acerca do Uno, descobre seguramente que ele não pode ser percebido pelos sentidos do corpo. De fato, tudo o que se alcança com aqueles sentidos logo se comprova que não é uno, mas múltiplo. Trata-se efetivamente, de um corpo, e, por isso, possui inumeráveis partes. (AGOSTINHO,1995, p.102).

A unidade mencionada pelo filósofo, se remete ao Uno, de Plotino, que é a essência última das coisas, substância indivisível e originária. O número, recebe seu nome, diz Agostinho, de acordo com o número de vezes que contém esta unidade, e esta unidade, por sua vez, não pode ser captada pelos sentidos exteriores, pois esses são múltiplos.

Para ilustrar essa ideia, explica Giovanni Reale: “[...] O número, desde as operações pitagóricas mais antigas, era representado por pedrinhas, cálculos, ou pontos desenhados, sendo assim “objetos” percebidos pelos sentidos, como figuras sólidas, que ocupavam espaço e possuíam massa [...]”. (REALE-1990, p.44). Logo, tudo o que é captado pelos sentidos não é unidade, mas multiplicidade.

A matéria, o corpo, representa a multiplicidade, que é oposta à unidade, que é o divino, o eterno, enfim, que é Deus. Apesar dessa unidade primordial não se encontrar na matéria, no corpo, o homem possui, dentro de si mesmo, uma noção dessa unidade e conseqüentemente, o homem conhece a multiplicidade, e essa noção, não se conhece mediante os sentidos externos corporais e sim mediante uma luz interior.

Com efeito, pessoa alguma, por nenhum de seus sentidos corporais, pode abraçar o conhecimento de todos os números, por serem eles inumeráveis. Agostinho questiona e dá a resposta:

[...] por meio de que imaginação ou em que imagem essa verdade tão certa[...] a da série indefinida dos números[...] mostra-se a nós com tanta constância em casos inumeráveis, a não ser por uma luz interior, ignorada pelos sentidos corporais? (AGOSTINHO,1995, p.104).

Conforme, Oliveira “[...] vemos aqui, Agostinho referir-se à sua teoria da iluminação. A luz interior mencionada não é a da simples inteligência contraposta à dos sentidos. Fala ele sobre um influxo especial de Deus sobre a inteligência para ilumina-la [...]”. (OLIVEIRA-1995, p.265).

2.4 A Sabedoria e os números

A inteligibilidade e verdade dos números, não pertencem aos sentidos do corpo, mantem-se imutável e pura, é utilidade de conhecimento para todo ser humano, que se utiliza da razão.

Mas, o que une a aritmética e a sabedoria? Dado que alguns matemáticos são muito destituídos de sabedoria, e alguns sábios completamente ignorantes da matemática (KENNY-2008, p.314). Agostinho, responde de forma magistral, sobre a sabedoria e os números:

[...] longe de mim considera-la inferior, em comparação ao número, visto que ela lhe é idêntica. Requer, porém, olhos capazes de a contemplar. Do mesmo modo que no fogo percebe-se a luz e o calor, que são por assim dizer consubstanciais, sem poderem ser separados um do outro, contudo, o calor atinge somente os objetos que se colocam perto dele. A luz, entretanto, difunde-se também nos lugares mais distantes e espaçados. De igual maneira, o poder da inteligência, inerente à sabedoria, inflama com seu calor os seres mais próximos a ela, como são as almas racionais. Quanto aos seres mais afastados, como os corpos, esses não são tão atingidos pelo calor da sabedoria, também se inundados pela luz dos números. (AGOSTINHO,1995, p.116).

Agostinho o filósofo, afirma que, os dois casos apresentados, pode até parecer obscuro, mas o que é evidente, em qualquer um dos casos é que tanto a sabedoria como os números são verdadeiros, e imutavelmente verdadeiros.

Segundo, Oliveira-1995, p.268, “[...] a estima que se tem pelos números ou pela sabedoria não é a mesma, porque nem sempre julgamos conforme o valor verdadeiro. Por exemplo, o ouro, por ser raro, é preferível pelos homens à luz, que em si é muito mais preciosa”. Logo, número e sabedoria podem ser iguais de um ponto de vista, e diferentes em outro, ou seja, o número é possuído por todos os corpos e a sabedoria é percebida apenas pelo espírito, em termos, o primeiro possui maior extensão e o segundo maior compreensão, e ambos dependem da verdade que é sempre imutável.

2.4.1 A sabedoria como verdade

A sabedoria, definida como a verdade, em que se é capaz de contemplar, discernir e possuir o sumo bem, é igualmente, imaterial, imutável e comum a todos os homens que utilizam de sua inteligência.

[...] essa verdade não é a propriedade de nenhum indivíduo humano: É partilhável por todos. Ora, essa verdade é superior, igual ou inferior as nossas mentes? Se fosse inferior às nossas mentes, emitiríamos juízos acerca dela, como podemos julgar que uma parede não está tão branca como deveria estar, ou que uma caixa não é tão quadrada como deveria ser. (KENNY,2008, p.315).

Quem possui essa verdade é sábio, pois toma posse dessa verdade e contempla o Sumo Bem. Nas palavras de Agostinho: “[...] é por essa verdade, que se contempla o sumo bem[.]” (AGOSTINHO-1995, p.107, grifo nosso). E sem a verdade ninguém é feliz, pois ser feliz é possuir a verdade e contemplar o sumo bem. Agostinho, entende a noção de felicidade como um atributo inerente a sabedoria, ou seja, acessível e comum a todos que pensam essa noção. Portanto, fica estabelecida a existência de uma realidade que é eterna e imutável¹⁹, ou seja, que contem em si, tudo o que o que é incomutavelmente verdadeiro (AGOSTINHO-1995, p.117). Sendo assim, nos resta saber se esta realidade, ou seja, a verdade eterna e imutável, está acima da mente racional, para daí então, saber se tal verdade é o próprio Deus.

[...] com efeito, quando alguém diz que as realidades eternas são melhores do que as realidades temporais, ou que sete e três são dez, ninguém diz que isso deveria ser assim, mas tão-somente reconhece que assim é, não como um examinador que corrige, mas alegrando-se com a descoberta. (AGOTINHO,1995, p.118, grifo nosso).

Por meio, das verdades imutáveis, somos capazes de julgar até mesmo, nossa própria mente, e assim se prova que que essas verdades são superiores a ela. Mesmo

¹⁹ Aqui faz-se referência as “verdades matemáticas” e da “sabedoria dos números”.

sendo a nossa inteligência racional, ela é mutável. Por isso, as verdades eternas e imutáveis são superiores e servem de critério para os nossos julgamentos.

Enfim, Agostinho afirma que essa verdade existe, e que existe acima da razão, segundo a qual somos felizes e assim conhecemos o sumo bem.

A verdade, é distinta da vontade, pois a vontade, se perde em meio aos desejos e instintos, enquanto que a verdade não se pode perder, isto é, ninguém pode se separar dela de modo voluntário. Logo, a verdade é a fonte da liberdade, e de uma liberdade com segurança, assim diz Agostinho: “[...] com efeito, nossa alma de nada goza com liberdade, se não a gozar com segurança[...]”. (AGOSTINHO-1995, p.121).

2.4.2 Deus Existe

A ordem de investigação proposta por Agostinho, para a demonstração da existência de Deus, é a seguinte:

[...] primeiro, procuremos como provar a existência de Deus. Segundo [...] se na verdade tudo o que é bem, enquanto bem, vem de Deus; [...] enfim, se será preciso contar, entre os bens, a vontade livre do homem. (AGOSTINHO,1995, p.82).

Após percorrer, esse caminho de investigação, fica demonstrada por Agostinho, de forma racional, ainda que por argumentos tênues, ou seja, apoiado na fé e na interiorização, a existência de Deus. Como diz, Oliveira:

[...] o que dá originalidade e unidade à solução agostiniana ao problema da existência de Deus é a perspectiva em que é considerada. Esta é essencialmente interior. Com efeito, seu princípio inspirador é: (Não saias de ti, volta para ti mesmo, a verdade, a fé, habita no interior do homem). (OLIVEIRA,1995, p.272, grifo nosso).

Tendo constatado que Deus é a verdade, podemos encontra-lo mediante os seus vestígios, e podemos buscar, bens eternos, afastando a alma das seduções da matéria. Por conseguinte, ainda que nós nos entreguemos às coisas exteriores com mais facilidade,

ainda assim, não deixamos de perceber os vestígios divinos, pois tudo o que existe, tem em si a perfeição divina. Sendo assim, ao descobrir algo que é superior a mente humana, ou seja, ao descobrir a verdade, Agostinho afirma:

[...] a verdade transcorre não, através dos tempos[...] nem está sujeita aos sentidos do corpo. Ela está perto de todos[...] ela é para todos eterna, sem estar em nenhum lugar e sem estar ausente de nenhum[...] transforma para melhor todos os que a contemplam[...]. Ninguém julga acerca dela e ninguém, sem ela, julga bem. (AGOSTINHO-1995, p.122, grifo nosso).

O filósofo, transforma a fé inicial, representada pela resposta de Evódio, de que “Deus existe, porque assim ensina a bíblia” (KENNY-2008, p.313). Em uma prova racional, ainda que contenha fragilidades e dificuldades demonstrativas. Agostinho argumenta, que a mente humana não consegue apreender, por completo, a hierarquia por ele estabelecida, sem que seja necessário, o uso da fé como um recurso para sustentação dos argumentos. Logo, ele afirma:

[...] Deus, pois, existe! Ele é a realidade verdadeira e suma, acima de tudo. E eu julgo que essa verdade não somente é objeto inabalável de nossa fé, mas que nós chegamos a ela, pela razão, como sendo uma verdade certíssima, ainda que sua visão não nos seja muito profunda, pelo conhecimento.
(AGOSTINHO,1995, p.126).

Provada a existência de Deus, de modo racional, pelo conhecimento, temos o instrumental necessário para desenvolver o problema da presciência divina e a liberdade humana, pois se não ficasse constatada a existência de Deus, a discussão sobre a liberdade se tornaria infundada.

3 A LIBERDADE

3.1 A presença do mal no mundo

O enfoque de Agostinho é sempre Deus e para Deus, ele é o fundamento e objeto das considerações do filósofo. Deus é o princípio e o fim de tudo, e especialmente do homem que enquanto ser ordenado faz de Deus o fim último de tudo o que ele é.

O caminho real que leva o homem a alcançar a Deus, para Agostinho é fazer bom uso da razão. “[...] A essência de Deus é idêntica aos seus atributos: e um dos mais importantes de seus atributos é sua bondade. Tal como Deus confere o ser às suas criaturas também lhes confere bondade [...]”. (KENNY-2008, p.316).

Sendo Deus o Sumo Bem, qual é a origem do mal? Uma vez que o homem também pratica o mal por meio dos objetos materiais de que faz uso, e da livre vontade no ato de escolher. Sobre essa questão nos diz Agostinho no livro I:

[...] crês que seria preciso condenar o ouro e a prata por causa dos avarentos; ou o vinho por causa dos que se embriagam; ou o encanto das mulheres por causa dos libertinos e dos adúlteros, e assim em relação a tudo mais? Especialmente quando podes ver um médico fazer bom uso do fogo e um envenenador, uso criminoso até do pão? (AGOSTINHO-1995, p.67).

Esse argumento em relação aos objetos materiais mostram que, estes podem ser utilizados tanto para o bem como para o mal, sem que por isso sejam recriminados. É possível se fazer uma analogia e levantar a hipótese de que pode haver no homem certos bens que são mal utilizados. “[...] Deus não cria nada mau, mas realmente cria algumas coisas boas que são melhores do que outras coisas boas, e elas permanecem melhores do que outras coisas mesmo que sejam elas próprias deficientes [...]”. (KENNY-2008, p.317).

[...] um cavalo fugitivo é melhor do que uma pedra estacionária, e um bêbado é melhor do que o vinho fino que bebe[...]. Não há nada que se lamentar por uma criatura ser menos bem dotada do que outra: a variedade de dotação aumenta a beleza do Universo, e Deus não tem débito com ninguém.
(KENNY-2008, p.317).

Mas como Agostinho classifica o mal? Em três categorias: o mal metafísico, o mal moral e o mal físico. Como se verá, “[...] nenhuma natureza, absolutamente falando, é um mal. Esse nome não se dá senão à privação de um bem [...]”. (AGOSTINHO-2008, p.41). Em uma definição sintética o mal é a privação do bem, isto é, uma percepção errada da mente.

3.1.1 Mal metafísico

Agostinho partia da certeza de um Deus que é o Sumo Bem, que criou todas as coisas do nada, e lhes atribui uma natureza; a existência. Se Deus existe e é criador, de onde vem o mal? Tendo em vista que esta pergunta tem a intenção de refutar a teoria maniqueísta²⁰. “[...] eu, porém, estava ansioso para conhecer a origem do mal. Que sofrimento para meu coração! [...]”. (AGOSTINHO-1997, p.184). Sobre a natureza do mal diz Gilson:

[...] a natureza má é aquela em que medida, forma ou ordem estão corrompidas, e ela é má somente na exata proporção do grau de sua corrupção. Não corrompida, essa natureza seria toda ordem[...], boa, e; mesmo corrompida, ela permanece boa enquanto natureza e é má apenas no tanto que é corrompida. (GILSON-2006, p.273).

Sob o olhar metafísico em Agostinho o mal não é uma substância, mas sim uma privação do bem. De forma análoga o mal é como a cegueira que é para o homem a privação de ver, e não se pode pensar em um mal sem a relação com um bem.

²⁰ Conforme apresentado no capítulo I, desse trabalho, segundo a teoria do persa Mani haveria duas “entidades” em combate no mundo, o bem e o mal, digladiando-se em equilíbrio de forças.

[...] essa relação do mal com um bem num sujeito é exprimida ao se dizer que o mal é uma privação. Com efeito, ele é a privação de um bem que um sujeito deveria possuir; uma falta de ser o que ele deveria ser e, por conseguinte, um puro nada. (GILSON-2006, p.273).

Logo, o mal existe somente no bem e só tem sentido nessa relação, ou seja, esse mal não tem subsistência própria e, por conseguinte, reside em algo bom.

Agostinho chega à essa conclusão e admite que “[...] os maniqueus erraram ao considerar o mal como um ser, visto que é uma pura ausência de ser; [...] sendo nada por definição, o mal sequer pode ser concebido fora de um bem [...]”. (GILSON-2006, p.73).

3.1.2 Mal moral

O mal moral está entrelaçado com a pergunta: o homem é mal ou bom? A resposta à essa pergunta dependerá da escolha humana. Agostinho partirá do princípio de ordem e causalidade que governa todo o universo. Este princípio é denominado justiça divina, e deste princípio decorre a lei eterna²¹, e desta lei eterna decorre a lei temporal²².

O filósofo de Hipona levanta duas hipóteses para designar o mal moral. “[...] tomamos o termo “mal” em dois sentidos: um, ao dizer que alguém praticou o mal; outro; ao dizer que sofreu algum mal [...]”. (AGOSTINHO-1995, p.25).

A primeira hipótese que se refere a prática do mal, está relacionada a lei temporal e se divide em: primeiro agir mal no sentido de ir contra a lei humana e segundo agir mal contra uma convenção moral. Sendo a lei humana e a convenção moral falíveis, isto é, com possibilidade de estarem erradas, estas não podem ser parâmetros para decidir o que é mal ou bom.

A segunda hipótese é a de quem sofre um mal, como consequência de algo, que por sua vez está relacionada com a lei eterna. Deus atribui a cada um a punição ou a recompensa por suas obras, sejam boas ou más. Diz Agostinho:

²¹ Lei eterna: Reflexo da Razão Divina (princípio de ordenação do mundo).

²² Lei temporal: É uma afirmação (lei), que pode ser modificada pelos homens (convenção).

[...] Deus é justo[...] e deve distribuir recompensa aos bons, assim como castigo aos maus. E por certo, tais castigos parecem males àqueles que os padecem. É porque, visto ninguém ser punido injustamente[...] como devemos acreditar, já que de acordo com a nossa fé, é a divina providência que dirige o universo[...] Deus de modo algum será o autor daquele primeiro gênero de mal a que nos referimos, só do segundo. (AGOSTINHO-1997, p.25).

Portanto, o que acontece com o homem é fruto da justiça divina atribuindo-lhe o prêmio ou o castigo conforme a ação boa ou má que ele escolheu para si. Logo, o homem é responsável pelo seu próprio mal. Nas palavras de Agostinho “[...] cada pessoa ao cometer o mal é o autor de sua má ação[...]” “o malfeitor é autor de seu próprio mal feito”. (AGOSTINHO-1997, p.26).

Agostinho descobre a origem de toda maldade, essa maldade vem da perversão da vontade humana, que afasta o homem de Deus. Ele diz: “[...] procurando o que era a iniquidade compreendi que ela não é uma substância existente em si, mas a perversão da vontade que, ao afastar-se do Ser supremo, que és tu, ó Deus, se volta para as criaturas inferiores[...]”. (AGOSTINHO-1997, p.195).

Para Agostinho o mal moral equivale ao pecado “[...] Deus deu à natureza intelectual o livre arbítrio, de sorte que, se voluntariamente abandonasse a Deus, fonte de sua felicidade, em seguida cairia na mais perfeita miséria[...]”. (AGOSTINHO-2008, p.531).

O homem uma vez que possui o livre arbítrio pode mudar a ordem estabelecida por Deus, e colocar o corpo como seu fim último no lugar da razão, ou seja, ele pode subverter a lei eterna e se tornar mal.

Portanto o mal moral é a má intenção, quando o homem escolhe subversivamente a vida terrena e o corpo em vez de escolher a Deus. Essa subversão é chamada no Cristianismo de pecado que torna o homem racional escravo de suas paixões, desse pecado decorre o mal físico.

3.1.3 Mal físico

O mal físico é a dor, a doença, os sofrimentos do corpo. Para Agostinho o mal físico decorre do pecado original. Adão pecou, desobedeceu a Deus, e Deus o puniu. Tirou Adão

da bela vida que tinha no Éden. Por causa do pecado reduziu Adão à condição de inferioridade, ou seja, de um decaído.

Toda a humanidade foi rebaixada a esta condição de sofredora, infeliz, que sente dor. Para Agostinho, a dor é uma amostra de como Deus obtém um bem de um aparente mal. “[...] feres para curar[...]”. (AGOSTINHO-1997, p.51). Nesse sentido a dor física é providencial para a conservação da vida. Pela dor o homem sente um impulso a vencer seus sofrimentos, isto é, a dor é um mal que leva o homem a um bem.

Segundo Agostinho, o mal físico tem que existir para que o homem decaído, sofra momentaneamente e por meio desse sofrimento reconheça o real sentido de sua vida e retorne à condição originária de ser bom, como Deus criador é bom. “[...] em ti o mal não existe de forma alguma: e não só em ti, mas em quaisquer criaturas tomadas em sua universalidade. [...]”. (AGOSTINHO-1997, p.192).

Deus espera do homem a boa intenção, isto é, que as ações do homem sejam do bem. E agir bem é ter boa intenção. Chegar até Deus exige do homem esforço e boa vontade.

3.2 O livre arbítrio: um bem ou um mal?

Segundo Agostinho, Deus deu ao intelecto o livre arbítrio, isto é, a livre decisão de escolher. Mas o livre arbítrio é um mal ou bem? Uma vez que o homem no momento de se decidir pode escolher errado. Essa polêmica é levantada por Evódio no livro II, com a seguinte indagação:

[...] convém considerar a vontade livre do homem entre os bens? Uma vez demonstrado esse ponto, considerarei, sem hesitação, que Deus no-la deu e que convinha no-la ter dado. (AGOSTINHO-1995, p.134).

Se o livre arbítrio da vontade dá oportunidade ao homem de praticar o mal moral, compensa ser livre em nome da existência do mal moral? Isto é, Deus está certo quando deu ao homem a liberdade?

Para Agostinho, a providência divina está associada ao conhecimento que Deus tem dos acontecimentos futuros, isto é, tudo o que Deus prevê deve ocorrer necessariamente, mas nunca sob a condição de transgredir a liberdade humana.

Frente a essas afirmações Evódio mostra suas preocupações:

[...] sinto-me sumamente preocupado[...] como pode ser que, pelo fato de Deus conhecer antecipadamente todas as coisas futuras, não venhamos nós a pecar, sem que isso seja necessariamente? De fato, afirmar que qualquer acontecimento possa realizar sem que Deus o tenha previsto seria tentar destruir a presciência divina com desvairada impiedade. (AGOSTINHO-1995, p.152).

Deus prevê alguns acontecimentos que são escolhidos livremente pelas criaturas racionais e outras que são a consequência necessária das influências causais. “[...] Agostinho crê que uma escolha humana má não tem causa. A liberdade da vontade é claramente uma dádiva de Deus, e a liberdade da vontade traz consigo a possibilidade do abuso dessa liberdade. [...]”. (KENNY-2008, p.317).

Logo o livre arbítrio é um bem, pois é somente por ele que o homem pode ser bom. Se subtrair o livre arbítrio necessariamente é retirado a capacidade do homem de praticar tanto mal como o bem. Querer o bem segundo Agostinho é o que faz o homem feliz, ou seja, escolher pelo bem é querer a Deus. “[...] Aquele que tem Deus é, portanto, o único que teria a felicidade[...]”. (GILSON-2006, p.19).

3.2.1 A presciência divina

No livro III da obra *O Livre Arbítrio*, Evódio questiona Agostinho: “[...] como, pois, pode existir uma vontade livre onde é evidente uma necessidade tão inevitável?

[...]” (AGOSTINHO-1995, p.152). Pois bem, sendo Deus onisciente²³, e sabendo Deus que o homem cometerá tal ou tal falha, o pecado se torna uma necessidade e conseqüentemente

²³ “[...] é uma qualidade da natureza de Deus que garante que ele sabe de todas as coisas. Tradicionalmente, a onisciência é um dos principais atributos de Deus. A mente divina é o depósito do conhecimento, e no conhecimento de Deus não há falhas, nem fraquezas e nem limitações. [...]”. (CHAMPLIN-1966, p.598).

ao pecar não há liberdade alguma na escolha humana. Agostinho imediatamente reconhece a perplexidade que perturba Evódio e argumenta:

[...] Com efeito, eis o que é causa de preocupação e admiração: como não admitir contradição e repugnância no fato de Deus, por um lado, prever todos os acontecimentos futuros, e por outro, nós pecarmos por livre vontade e não por necessidade? Tu dizes: realmente, se Deus prevê o pecado do homem, este há de pecar necessariamente. Ora, se isso é necessário, não há, portanto, decisão voluntária no pecado, mas sim irrecusável e imutável necessidade. (AGOSTINHO-1995, p.154).

E desse raciocínio os dois receiam chegar a duas seguintes conclusões: “[...] negar impiamente que Deus é presciente em relação a todos os acontecimentos futuros, ou se isto não se pode negar, que reconheçamos que não se peca voluntariamente, mas inevitavelmente[...].” (AGOSTINHO-1995, p.155).

Segundo Gareth B. Matthews-1997, Agostinho desenvolve ainda mais a questão e aplica seu argumento ao caso exemplar de Adão, ele propôs o seguinte dilema filosófico:

[...] Se Deus antevê que Adão pecará, então é necessário que Adão peque. Se é necessário que Adão peque, então Adão não peca por sua própria vontade. Se Adão não peca por sua própria e livre vontade, então ele não é censurável por seu pecado. Mas, Adão é censurável por pecar. (MATTEWS1997, p.149).

Portanto se Deus não é presciente o homem vive no infortúnio. “[...] negar que a Providência de Deus governa a vida humana, é crer, entretanto, por erro ímpio, que essa Providência é impotente, injusta [...]”. (AGOSTINHO-1995, p.5). Ainda que Deus preveja nossas vontades e escolhas futuras, não se pode concluir que possamos querer algo sem a vontade livre, isto é, como se pode afirmar um querer sem querer, sem vontade? Argumenta Agostinho:

[...] podemos muito bem dizer: não envelhecemos voluntariamente, mas por necessidade. Não morremos voluntariamente, mas por necessidade. E outras coisas semelhantes. Contudo que não queiramos voluntariamente aquilo que queremos, quem, mesmo em delírio, ousaria afirmar tal coisa? (AGOSTINHO-1995, p.157).

Sendo assim, a Presciência divina não priva o homem de sua vontade livre, seja para pecar ou para agir bem. Deus conhece de antemão a nossa vontade, logo a Presciência de Deus é de uma vontade que está no homem, porém, o poder de decisão no agir é do homem.

Agostinho: [...] Deus previu minha vontade futura, visto que nada pode acontecer senão o que ele previu, é necessário que eu queira o que ele previu. Ora, se isso fosse necessário, não seria mais voluntariamente o que eu quis, forçoso é reconhecê-lo, mas por necessidade[...] como não pode acontecer nada senão o que foi previsto por Deus a vontade da qual ele previu a existência futura é vontade livre. [...] E por outro lado, não seria ato de nossa vontade, se o ato não estivesse em nosso poder. [...] logo, a presciência divina não me tira o poder. (AGOSTINHO-1995, p.157-159).

Agostinho sempre sustentou que a liberdade humana é o fundamento para antropologia cristã. Defendeu-a contra os maniqueus, de cuja doutrina ele mesmo tinha sido vítima. Na polêmica contra o pelagianismo²⁴, demonstrará, com insistência, como a liberdade e o auxílio da graça não se opõe. “[...] É verdade que nos últimos anos de sua vida, justamente em reação à superemancipação da independência absoluta de vontade em relação a Deus, defendida pelos pelagianos, dará ele mais e mais espaço à ação da graça divina [...]”. (OLIVEIRA-1995, p.280).

3.3 A liberdade e a graça

Para Agostinho a vontade humana deve humildemente se submeter ao querer divino, isto é, à vontade de Deus. É preciso sempre querer livremente para ser ajudado em situações que escravizam e fazem o homem sofrer, pedir e se fazer merecedor de receber o socorro divino. “[...] podemos ser livres para resistir a cada tentação, à medida que chega, mas nossa resistência não pode ser prolongada dia a dia.

²⁴ Doutrina do monge inglês Pelágio, que, no início do século V, ensinou em Roma e Cartago; em polêmica com S. Agostinho, sua doutrina dizia que o pecado de Adão não enfraqueceu a capacidade humana de fazer o bem, mas é apenas um mal exemplo, que torna mais difícil e penosa a tarefa do homem. S. Agostinho combateu essa tese em muitas obras, a partir de 412, defendendo a tese oposta: de que toda a humanidade pecará com Adão e que, portanto, o gênero humano é uma única “totalidade condenada”: nenhum de seus membros pode escapar da punição a não ser por misericórdia e pela graça (não obrigatória de Deus). (ABBAGNANO-2007, p.749).

Necessitamos da graça de Deus não somente para conquistar o céu, mas também para evitar uma vida de pecado [...]”. (KENNY-2008, p.317).

No livre arbítrio da vontade, a graça divina garante ao homem na sua liberdade escolher e fazer o bem. A graça divina, portanto, apenas garante que o homem deseje o bem, o consiga fazer. Segundo Kenny:

[...] A graça que capacita os seres humanos a evitar o mal é aquinhoada a algumas pessoas e não a outras não com base em qualquer mérito delas, vigente ou previsto. É concedida simplesmente pelo inescrutável bel-prazer de Deus. (KENNY-2008, p.317).

O homem então é levado a beatitude da vida não apenas por suas forças, mas principalmente pela Misericórdia divina. Diz Agostinho: “[...] O Criador da alma merece, pois em tudo louvor [...]”. (AGOSTINHO-1995, p.225).

[...] seja por ter posto na alma desde sua origem um começo de aptidão para ascender até o sumo Bem; seja porque Ele ajuda a progredir; seja porque dá a esses progressos contínuos um complemento e coroamento; ou seja, enfim, porque, por uma muito justa e merecida condenação, Ele a faz entrar na ordem conforme os seus deméritos. (AGOSTINHO-1995, p.225).

Portanto, mesmo o homem tendo liberdade de querer e de escolher, a bondade de Deus é que preside a felicidade do homem, pois a vontade do homem sozinho é impotente. Mas, ainda que Deus presida a felicidade do homem, essa ajuda divina não elimina a necessidade da vontade e do esforço humano.

No entanto o homem após o pecado original vive na alteração da ordem, no desequilíbrio, e a estes decorreu a punição como forma de reequilíbrio. O que é necessário então para que o homem volte a ser feliz, reestabeleça a ordem e se liberte da punição? É necessário que o homem abandone os bens inferiores e retorne para Deus, de onde veio. Diz Gilson:

[...] quando perguntamos se o livre árbitro é doravante capaz de amar a Deus por suas próprias forças, nos perguntamos, em verdade, se a vontade humana é suficiente para reestabelecer a ordem criada pela

potência divina[...] a qual foi quebrada pelo pecado[...] para recebê-la, seria necessária uma nova criação; ora o criador de tal ordem só pode ser um criador, isto é, o próprio Deus. (GILSON-2006, p.213).

Logo, para que o homem seja feliz, reestabeleça a ordem e se liberte da punição, ele necessita da própria ajuda de Deus, uma vez que o homem por sua exclusiva vontade é incapaz de restaurar a ordem e promover o reequilíbrio divino.

Podemos sempre nos afastar de Deus, pela vontade livre, mas não podemos voltar a Ele sem a ajuda Dele e por nossa própria vontade. O sumo Bem, enfim, recupera em nós a vontade de querer voltar para Ele.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho apresentou alguns conceitos fundamentais do pensamento agostiniano contidos na obra *O Livre-Arbítrio*, e teve como objetivo tornar evidente que o homem é livre, mas em muitas situações faz mau uso do seu livre arbítrio, e que existe uma conciliação entre presciência divina e liberdade humana, e que essa se esclarece a medida em que o homem toma consciência de que ele é responsável por suas ações.

A presente pesquisa, oferece ferramentas teóricas para pesquisas posteriores, que tenha por objetivo a liberdade, a ação moral ou ainda outros temas, que por limitação deste trabalho não puderam ser tratados com a devida atenção. Uma vez que não é objetivo desta pesquisa esgotar os conceitos agostinianos presentes na obra "*O Livre-arbítrio*", sobretudo em um tema metafísico, como o conceito de liberdade.

Os problemas que foram tratados na obra *O Livre-Arbítrio* de Agostinho não são frutos do acaso ou de questões isoladas, mas fazem parte do método filosófico ascensional do autor. Sendo assim, o problema da liberdade humana ainda que de forma implícita, acompanha a experiência de vida do próprio Agostinho.

Deus é o princípio e o fim de tudo o que existe e principalmente do homem, esse enquanto ser ordenado faz de Deus o fim último de tudo o que ele é. O caminho real que leva o homem a desfrutar da liberdade, segundo Agostinho, é fazer o bom uso de sua razão para buscar a Deus.

O homem deve escolher pela liberdade e essa mora na razão, o homem que é capaz de ir contra os seus desejos, esse é livre. A liberdade é a propriedade da classificação do entendimento e da reflexão, é somente por esse motivo que um animal não é livre e é considerado na hierarquia como ser inferior; isto é, a realidade do ser animal é estacionada no desejo, que por sua vez faz com que sua ação seja por impulso.

Se a liberdade do homem dá oportunidade para ele praticar o mal moral. Compensa ser livre em nome da existência do mal moral? Isto é, Deus acertou quando nos

deu a liberdade? Como foi apresentado neste trabalho a resposta a esse problema, é sim, Deus acertou. O livre arbítrio é um bem porque é somente por ele que podemos ser bons.

Subtraindo o livre arbítrio, subtrai-se o mal e o bem, isto é, se retira do homem a capacidade de agir mal e de agir bem. Mas o querer agir bem, segundo Agostinho, é o que faz o homem feliz, querer o bem é querer Deus. Sendo assim, o livre arbítrio é uma condição necessária para que o homem seja bom e de sentido para sua vida. Pela liberdade colaboramos com Deus, na realização magnífica de seu plano criador. E é por amor ao homem, e em nome de sua liberdade, que existe uma conciliação entre a liberdade do homem e a presciência divina, pois Deus se recua, isto é, se afasta na sua onisciência, e dá ao ser humano o poder de decisão para que ele exerça sua liberdade, e essa conciliação (que é o distanciamento de Deus por amor ao homem), se dá por meio da articulação entre o livre arbítrio e a ação moral.

Finalmente, como ser racional e livre, cabe ao homem orientar suas escolhas por meio das virtudes, afim de que possa buscar a plena felicidade, que está somente em Deus.

REFERÊNCIAS

- ABBAGNANO, Nicola. **O estoicismo**. In. **História da filosofia** (vol.I). São Paulo: Ed.Paulus, 2000.
- ABBAGNANO, Nicola. **Dicionário de Filosofia**. Tradução de Alfredo Bosi e Ivone Castilho Benedetti. 5ª ed. São Paulo: Ed. Martins Fontes, 2007.
- AGOSTINHO, santo. **O livre arbítrio**. Tradução, organização, introdução e notas de. Ir. Nair de Assis Oliveira. São Paulo: Ed.Paulus,1995.
- _____. **Confissões**. 1ª ed. São Paulo: Ed. Paulus,1997.
- _____. **A Cidade de Deus**. Tradução de Oscar Paes Leme. 8ª ed. Bragança Paulista: Universitária São Francisco,2008.
- COSTA, Marcos Roberto Nunes. **10 Lições sobre Santo Agostinho**. 2ª ed. Petrópolis: Ed. Vozes,2012.
- CHAMPLIN, Russell Norman. **Enciclopédia de Bíblia Teologia e Filosofia**. (vol. IIV). São Paulo: Ed. Hagnos,1966.
- FRANCA, Leonel. **Buda e Budismo**. In. **Noções de História da Filosofia**. 18ª ed. Rio de Janeiro: Livraria Agir Editora, 1965.
- GILSON, Étienne. **Introdução ao estudo de santo Agostinho**. Tradução de Cristiane Negreiros Abbud Ayoub. 2ª ed., São Paulo: Ed.Paulus,2006.
- KENNY, Anthony. **Uma nova história da filosofia ocidental: filosofia medieval** (vol.II). Tradução de Edson Bini. São Paulo: Edições Loyola, 2008.
- MATTEWS, Gareth B. **Santo Agostinho: A vida e as ideias de um filósofo adiante de seu tempo**. Rio de Janeiro: Ed. Zahar, 2007.
- MONDIN, Battista. **Curso de Filosofia** (vol.I). Tradução Benôni Lemos. São Paulo: Edições Paulinas,1981.
- PESSANHA, J. A. **Os Pensadores: Santo Agostinho**. Tradução J. Oliveira Santos, S.J. e A.Ambrósio de Pina, S.J. São Paulo: Ed. Abril Cultural, 1999.
- REALE, Giovanni/ANTISERI, Dario. **História da filosofia: Antiguidade e Idade Média** (vol. II).2ª ed.São Paulo: Edições Paulinas,1990.
- RIBEIRO, Jannart Moutinho. **Santo Agostinho In: Vida Dos Santos** (vol. XV). São Paulo: Editora das Américas,1959.

O autor

RUBENS SOARES SIQUEIRA



Rubens Soares Siqueira nasceu em Mogi das Cruzes, São Paulo. Ele é um destacado pensador e profissional no campo das ciências humanas, com uma trajetória acadêmica e profissional que reflete seu profundo interesse pelo estudo do comportamento humano, filosofia e teologia.

Siqueira é bacharel em Filosofia pela Faculdade Paulo VI, onde desenvolveu uma sólida base nas grandes questões filosóficas que moldam a compreensão humana da realidade. Sua formação filosófica foi complementada pela especialização em psicanálise pelo Instituto IEVI, onde aprofundou seu conhecimento sobre o funcionamento da mente humana, utilizando técnicas terapêuticas para auxiliar no tratamento de distúrbios mentais e emocionais.

Atualmente, Rubens Soares Siqueira está ampliando seus horizontes acadêmicos como graduando em Teologia pela PUC Minas. Este novo desafio acadêmico reflete seu compromisso contínuo com a busca pelo conhecimento e pela compreensão das intersecções entre fé, razão e a experiência humana.

Ao longo de sua carreira, Siqueira tem se dedicado a integrar suas diversas áreas de estudo, buscando uma compreensão holística do ser humano que contemple tanto os aspectos racionais quanto os emocionais e espirituais.

O problema da conciliação entre o livre arbítrio do homem e a presciência divina, e como acontece essa articulação, também foi uma das inquietações na vida de Agostinho. Seu pensamento foi marcado por diversas doutrinas e escolas filosóficas, sobretudo o estoicismo, o neoplatonismo e o maniqueísmo. Entretanto, as respostas oferecidas por tais correntes filosóficas não satisfizeram as inquietações de Agostinho. A tentativa em dar uma resposta a esse problema, e se pensar sobre a liberdade humana conciliada à presciência divina, ocorreu tardiamente, em *O Livre-Arbítrio*, obra na qual Agostinho busca compreender de modo racional, em um diálogo filosófico com seu amigo Evódio, o problema da liberdade humana articulada à presciência divina, se há ou não uma conciliação, uma vez que de um lado temos, Deus que é onisciente (sabe de todas as coisas), e de outro o homem tem o poder de decisão. O presente trabalho, analisa o conceito de liberdade e as questões que implicam esse tema na obra *O Livre-Arbítrio* de santo Agostinho, explicitando como se dá a conciliação entre liberdade do homem e a presciência divina, e que tal conciliação existe; pois diante das escolhas humanas, Deus mantém uma certa distância, para que o homem exerça sua liberdade.


Editora
UNIESMERO

ISBN 978-655492076-6



9 786554 920766